

A INTERVENÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) NAS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS NO ÂMBITO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

Patrícia Solange Marinho Pimentel

Univesidad Americana de Asunción

Resumo O presente artigo retrata uma análise da intervenção do(a) professor(a) frente aos problemas vinculados no trato com as relações étnicorraciais no âmbito escolar de duas escolas em Olinda-PE. Num estudo sobre o conceito de relações étnicorraciais e seus paradigmas, foram feitas colocações acerca da função da escola, da mediação do professor, suas interações com estas relações e a importância destas no desenvolvimento, na construção da identidade, autoestima e aprendizagem das crianças negras. As discussões trazem contribuições teóricas e sua influência nas relações interpessoais, no disfarce nas práticas discriminatórias e artimanhas educacionais, estratégias de elevação da autoestima para a reconstrução da identidade, refletindo o enegrecer do currículo. A pesquisa tem alcance descritivo, apoia-se no método qualitativo, utilizando as técnicas: observações participativas, grupos de enfoque, relatos de vida e entrevistas. A população foi de 158 estudantes, 6 professoras e 2 coordenadoras do GVI do Infantil e dos dois primeiros anos do fundamental. Os resultados apontam para relações amigáveis, mas com disputas e conflitos; as entrevistas e grupos de enfoque contradizem os depoimentos, denunciando a existência do racismo que se dá através de xingamentos, relativos a cor da pele e textura de cabelos. Revelam ainda, crianças com identidades negadas, autoestima despedaçada e aprendizagem comprometida. Percebeu-se que há informação, entre os(as) professores(as) da importância do respeito entre as relações étnicorraciais, mas a consciência de que a implementação da lei depende da sua intervenção como fator primordial, ainda está longe, faltando a disponibilidade de se fazer enfrentamento e combate ao racismo implícito nas relações.

Palavras-chave: Educação, Relações étnicorraciais, Racismo Identidade e Autoestima.

INTRODUÇÃO

A pesquisa se instaura num contexto histórico no qual muito já foi feito acerca das discussões e das lutas para implementação da Lei 10.639/2003, as buscas incessantes dos movimentos sociais de negros(as) do país, para promoção da igualdade social de direitos àqueles(as) que tanto fizeram e fazem pela construção do Brasil; terra onde hoje, jazem seus ancestrais e sobrevivem indignamente seus descendentes. Indignamente, porque, apesar de já se passarem 126 anos da abolição da escravatura, a falta de respeito aos que foram arrancados de suas famílias, de sua pátria, de seus status de reis e rainhas, sem se quer serem consultados, ainda continua.

Trazidos da África para o Brasil e o resto das Américas, os escravizados, tiveram suas nações desfeitas, línguas dilaceradas e reduzidas a “dialetos”; subjugados pela tirania dos colonos e senhores dos engenhos, donos da “mercadoria” comprada a baixo preço. Não é viável se deter nos porões da escravidão pois, é um fato que traz vergonha e recordações ruins, visto que, índios e negros foram dizimados e escravizados ao bel prazer dos brancos

preocupados com a produção e lucros. É cabível salientar que a libertação dos escravos através da Lei áurea em 1888 é um tanto ilusória. Um povo tratado como objeto e negados em vez e voz, como sobreviveria dignamente sem-terra, sem teto, e sem condições mínimas de se manter?

Reverendo a história do Brasil, apesar da luta e da resistência guerreira pode-se perceber que a escravidão ainda impera. Desta feita, em forma de engodo, como por exemplo: negação de direitos sociais e políticos aos descendentes africanos, num país que é o segundo mais negro do mundo depois da Nigéria e, mesmo assim, propaga que vive uma “democracia racial”.

As senzalas, antes nos quintais das casas grandes, hoje se delineiam às margens das grandes metrópoles, em forma de favelas, onde o negro é maioria, ou ainda nas prisões, nos guetos onde vivem os escravos das drogas, dos patrões, que sem o menor pudor exploram, invisibilizam suas culturas, seu potencial criativo e as suas virtudes históricas. Tudo em nome da supremacia dos chamados “brancos”, que negam aos “outros” seus direitos sociais, devido as diferenças de cor de pele, de traços fisionômicos, texturas de cabelos e/ou crenças religiosas, sob o argumento de que são menos inteligentes, sem beleza e menos capazes. Dessa “superioridade branca” nasceu o conceito de raça, e a partir de então: o preconceito racial e o racismo. Com essas construções, vieram os conflitos acentuando as dificuldades dos não “brancos” em lidarem com os empecilhos gerados pelo desrespeito às diferenças.

Por incrível que pareça, onde as dificuldades e conflitos nas relações étnicorraciais acontecem com maior frequência e intensidade é justamente na escola: palco de descobertas, aprendizagens, relacionamentos entre etnias e culturas diversas, amizades, alegrias e frustrações. Espaço que, por ser público (para todos), é onde se aglutinam a diversidade racial, de gênero, de cores, de religião, e uma gama de culturas e linguagens; onde o mediador desse espaço em que as diferenças e o desrespeito grassam e a desigualdade impera, é o(a) professor(a) cuja função é socializar e educar para se viver com a diversidade sociocultural

A importância deste artigo está no colocar à baila a temática étnicorracial e continuar a luta pela implementação da Lei 10. 639/ 2003, de fato, reconhecendo na comunidade negra o seu direito de pertencimento e possibilitando à comunidade branca a oportunidade de aprender uma outra cultura, respeitando e reconhecendo-a também como formadora do povo brasileiro.

É na escola, onde a pesquisa vai de fato servir de instrumento de diálogo entre professores(as), alunos(as) e comunidade escolar no intento de refletir acerca de como acontecem os conflitos nas relações étnicorraciais e as intervenções dos professores(as) diante

das mesmas. Oportuniza-se assim, estudantes e corpo docente, de gerir aportes teórico-científicos que embasem os(as) futuros(as) pesquisadores(as) na ascensão da investigação científica e da qualidade educacional que resultará numa cultura mais humana e respeitosa à diversidade.

A FUNÇÃO DA ESCOLA E O PAPEL DO(A) PROFESSOR(A): BREVES CONSIDERAÇÕES.

A palavra *escola* em grego significa “o lugar do ócio” e surge na Idade Média, para atender a demanda de uma nova classe social que necessitava ocupar o seu tempo ocioso de forma nobre e digna. Este lugar se instaura como um espaço para o lazer e, conseqüentemente, o prazer. Anos depois perde esse significado, tornando-se o lugar onde se busca adquirir novas informações, muitas vezes, descontextualizadas[...], um lugar enfadonho e desprazeroso (SAVIANI, 1991, apud, ALVES e PRETTO, 1999), visto que os anseios e pensamentos passaram a ser reprimidos, as opiniões bloqueadas, tudo proibido e as transgressões severamente punidas. E ao se expandir como modelo público de ensino essa escola, mesmo diante da diversidade não levava em conta as diferenças étnicorraciais, condições de vida social, afetiva, cognitiva, ambiental, cultural; descartando as experiências fora dos muros da escola. Era assim, uma escola punitiva e meramente reprodutiva, sem preocupação com a formação da cidadania e do respeito às diferenças no qual a grande maioria (negros) ficava no caminho, carimbada com rótulos de incompetentes, burros, preguiçosos, malandros, tendo como punição: a reprovação.

Atualmente a função da escola é indiscutivelmente social. Ela expressa intenções, projetos de indivíduos, de sociedade e de ensino, mesmo que disso os docentes não tenham clareza. A escola deve ser responsável pela formação de pessoas críticas, transformadoras. Segundo Freire (1996) “[...]como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Ademais, é na escola que se deve além de aprender a aprender, aprender a conviver.

Nidelcoff (1989, p.7) aponta que o “papel do professor é ajudar a criança a ver, compreender, expressar a realidade, expressar-se e descobrir, assumindo a responsabilidade de ser elemento de mudança.”

A escola, portanto, não deveria esgueirar-se à sua responsabilidade, deixando à margem o cumprimento do seu papel: “instrumentar essas crianças preparando-as para a análise da realidade de expressão, bem como, inseri-las no experimento da reflexão e da ação em grupo” (NIDELCOFF, 1989, p.7).

Nessa perspectiva, se percebe o quão importante é trabalhar a diversidade e as relações étnicorraciais desde a infância para que não se repita os mesmos erros de formar pessoas com o preconceito incutido, repassando essa ideologia a todos aqueles que por suas mãos passarem.

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS.

De acordo com a Revista Construir Notícias (2006) a Relação Étnicorracial é a relação entre negros e brancos, e/ou outros povos. É imprescindível destacar que se compreende por raça a construção forjada nas relações tensas entre negros e brancos, na maioria das vezes harmonicamente simuladas. Deve-se entender que isso nada tem a ver com “o conceito biológico cunhado no séc. XVIII e hoje sobejamente superado” (CONSTRUIR NOTÍCIAS, 2006, p. 7).

Entretanto, esse termo ganhou novo significado pelo Movimento Negro, utilizando-se do termo como “sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos” (CONSTRUIR NOTÍCIAS, 2006, p. 7). É necessário esclarecer ainda que o termo “étnico” empregado na expressão étnicorracial, marca ainda com mais força, as tensões nessas relações, reafirmando às diferenças culturais e dessa cosmovisão ancestral negra, que difere em valores, princípios e origem: da Indígena, da Europeia e da Asiática.

No Brasil, relacionam-se de maneira tensa a cultura africana e o padrão estético branco europeu, imposto à maioria, a presença da cultura negra e o fato de aproximadamente 45% da população ser de origem africana, segundo IBGE (2010), dados insuficientes para erradicar ideologias, diferenças e estereótipos racistas. É resistente em nosso País o imaginário etnocêntrico que privilegia uns em detrimento de outros, supervalorizando a cultura branca e invisibilizando os que dela diferem.

A luta Movimento Negro no Brasil é pela valorização do povo afrodescendente. Para o MN, já é tempo de ser reconhecida e valorizada a luta de quem construiu este País. Como lembra Frantz Fanon (1979, apud CONSTRUIR NOTÍCIAS 2006, p. 8) que: “Os descendentes dos escravocratas não têm de assumir a culpa pelos erros dos seus antepassados, mas, têm a responsabilidade moral e política de combater o racismo e a discriminação dos que continuam mantidos à margem.”

Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar (Sá, 2014), em parceria com Ministério de Educação e Cultura (MEC), apontou que alunos negros e homossexuais eram as principais vítimas de *bullying* escolar. No percentual pesquisado de pessoas com algum nível de preconceito, o étnicorracial ocupa o segundo lugar, com 94,2 %

estando abaixo de pessoas com necessidades especiais que tem 96,5%. ratificando a verdade já existente acerca da discriminação neste contexto.

Verifica-se ainda que a escola é um espaço de formação de personalidade no qual deve se preservar o respeito e a dignidade entre as pessoas, para que a convivência esteja respaldada em bases e valores sólidos, visando a formação de sujeitos autônomos e competentes para lidar com situações adversas.

No Brasil, para por em evidência no currículo escolar as novas tendências da educação, foram criadas as leis, 10.639/2003 e 11.645/2008 que regem a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos Afrodescendentes e Povos Indígenas, Aprovada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora tenha completado 14 anos em 9 de janeiro de 2017, a Lei não encontra a logística necessária para ser implementada em sua totalidade.

Segundo Larkin (1991 apud Luz 2012), a ausência dessas matrizes no currículo, com o pensar errôneo de que a lei só se refere ao ensino fundamental, afeta negativamente as crianças e o Brasil: pois, “toda população brasileira tem uma herança da história africana”. Para Correia (2004) “há uma ignorância proposital nas instituições, de modo a justificar sob o argumento da falta de fontes de pesquisa, falta de vestígio civilizatório, para sustentar a afirmação de Hegel de que a África não tem história”.

Ainda para a autora supracitada, Diretora do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro (Ipeafro), a lei deve estar também no ensino acadêmico (LARKIN, 1991 apud LUZ, 2012). Concorde-se e reitere-se, que deve ser primeiramente nas universidades, uma vez que formam os(as) pedagogos(as) formadores(as) de opinião, e discursos, que vão agir diretamente sob a sua identificação e autoestima, e que, concomitantemente, implicará na construção e reconstrução de identidades mais conscientes de suas origens e da importância da sua cultura.

Documento lançado pelo Governo Federal para que se planejamento e prática docente da Lei vigente de forma sistemática e eficaz, orienta e estabelece o desenvolvimento de recursos para eliminar onde exista, desigualdades nos rendimentos educacionais, para jovens e crianças; apoio e esforço que assegure ambiente escolar, livre da violência e assédio motivados por racismo, discriminação, xenofobia e intolerância correlata.

Essas orientações apontam para a inegável necessidade de reconhecimento do problema e após isso, ter-se um plano de ação regido pela inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Africana já existente, embasados nos princípios da socialização e visibilidade da cultura negro-africana.

O outro no processo de interação

De acordo com Vygotsky, (2007) as interações em sala são fundamentais para a formação do aluno, pois, promovem trocas significativas

de conhecimentos e experiências que influenciam os processos de maturação cognitiva de cada um. Elas são, segundo os pressupostos socio-interacionistas, a chave que facilita a construção do conhecimento.

ZABALA (1998) acrescenta que a capacidade de uma pessoa se relacionar depende das experiências que vivem, e as instituições educacionais são um dos lugares preferenciais, para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais. O papel do(a) educador(a) seja exercido por professores(as), pais, pelas gerações mais velhas ou pelas crianças mais experientes, é importante porque estes são os mediadores da relação da criança com o mundo que ela irá aprender.

CONSTRUINDO A IDENTIDADE APARTIR DAS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS.

Um dos primeiros direitos da criança é o nome, cuja função é identificar, personalizar e diferenciá-la das demais enquanto sujeito. Mais uma vez a criança negra se vê diante de um engodo: seu nome é substituído pelo nome de um expoente da música ou dos esportes, tv que tenha a sua cor, como Pelé, Ronaldinho, Cirilo, Alcione; ou se faz ressaltar o contraste com intuito desmoralizante e disfarçado de brincadeira: Xuxa preta, Preta de Neve entre outros.

Assim reflete-se e questiona-se: Como alguém pode perceber-se sujeito, com autoestima elevada, se nesse brincar lhe é extraído a gênese vital que o representa e define quem ele é? Salienta-se que nos estudos de Vygotsky, o jogo e a brincadeira exercem um papel muito importante no processo de socialização da criança desde a pré-escola perpassando pelo infantil e o ensino fundamental.

Infelizmente sabe-se menos do que se necessita saber o quão são fortes, duradouras e significativas, essas primeiras ligações afetivas na vida da criança e o quão prejudicial pode ser a desvalorização de uma cultura provocando a negação de uma identidade. Já se enfatiza que a falta de amigos na idade escolar pode aumentar o risco de distúrbio emocional (COWEN *et al*, apud BEE, 1984). Para entender melhor buscou-se em Ferreira (2000 apud Silva 2013, p. 82-83), que define essa constituição identitária da pessoa negra em 4 estágios:

Primeiro, o da apreensão e “submissão” desse sujeito às crenças e valores da cultura branca.” Tendo como consequência; problemas psicológicos, baixa autoestima, ansiedade e depressão, autoconceito pobre (onde qualquer coisa o satisfaz).

O segundo estágio é o do “impacto”; o Ser se percebe como integrante de um grupo étnicorracial. Comumente se origina após experienciar algo chocante que lhe faz rever autoconceitos, atitudes. Daí é uma encruzilhada: ou aceita um novo paradigma, ou continua inerte como se nada acontecera, Esse estágio pode apresentar-se através de sentimentos de raiva, culpa, angústia ou permite ganhar forças para o conhecer-se negro. O próximo passo pode significar engajar-se em movimentos que o tornem militante. O terceiro estágio, em consequência do conflito motivado pelo impacto causado por saber-se de um povo que, por vezes, fez questão de esconder. Surge a necessidade de reafirmação de uma identidade recém encontrada, experienciando então uma raiva pela perda de tempo em não se conhecer. Saboreia o orgulho e a alegria de pertencer a um grupo portador de cultura e valores coletivos, e que agora sabe ser intrinsecamente seus também. Passa a priorizar temporalmente, nesta fase, a rejeição pelos padrões brancos, o que o autor nomeia de pseudo-identidade.

Enfim o quarto estágio: a “articulação”. Quando se dispõe a conhecer os valores da sua cultura e consegue um autocontrole se prontificando para articular-se com os grupos, objetivando o enfrentamento ao racismo, valorando as raízes africanas, a religião, estética, artes, literatura, entre outras, antes vistos como folclore, agora, uma vez internalizados, assumidos e maturados, são visibilizados e vivenciados como modos de resistência, buscando formas de afirmações positivas e reparadoras. Neste processo, ele se auto reconhece.

Disfarce nas práticas discriminatórias e artimanhas educacionais

Neste tópico se questiona: será que o racismo acabou? Há quem diga que “são coisas do passado”, “isso não existe”, “todo mundo é igual”. Somos há muito um País dividido entre; pobres e ricos, negros e brancos, empregados e desempregados, analfabetos e letrados, fortes e fracos, esquerda e direita, homens e mulheres, sulistas e nordestinos.

Como a população ainda acredita em vários mitos, há o mito da democracia racial, que é conveniente que se continue acreditando. É o que torna o chiste e a galhofa uma coisa banal, e com eles a naturalização do racismo.

Existem termos que são usados no país inteiro. Por exemplo: ao receber uma difamação, geralmente se reage acusando o difamador de estar “denegrindo sua imagem; a imagem que se desejara ímpar, pura, branca. Não se percebe que pejorativamente está

classificando o “negro” como coisa ruim e suja, uma vez que o denegrir assume o significado de tornar negro.

A desinformação também é uma forma de manter a alienação, a ponto de se importar termos desmoralizantes ou carregados de intenções racistas, que são expandidos sem sequer saber o cunho. Apenas por que são de origens ditas superiores, como a liquidação comercial intitulada *Black Friday* – dia em que na época da escravidão se vendiam negros mais baratos nos EUA – no Brasil tornou-se algo maravilhoso, até para a maioria negra desconhecadora do termo.

A maleta preta: traz dinheiro escuso; os motoqueiros, que são considerados pontos de risco do trânsito, são chamados de pontos negros; a nevada do sul do país, onde os agricultores têm prejuízos, é nevada negra. Desde quando neve é negra? Mas, como causa prejuízo, é!

Os programas de TV já aparecem com protagonistas negras, mas com cenas depreciativas e títulos pejorativos que desclassificam, desqualificam, desvalorizam a mulher negra, relegando sua beleza, potencialidade e sensualidade à mera prostituição, supondo ainda que estão fazendo um favor em coloca-las como protagonistas. O pretexto é de que estão exaltando a raça. *Melhor continuar dignas, mesmo no anonimato*, pois dá nojo e vergonha assistir aos homens e mulheres negras expostos(as) a tamanha subalternização de seus potenciais, enquanto afrodescendente; reduzidos(as) a apenas assuntos sexuais explícitos como se destes, nada mais pudesse se aproveitar. E o que é pior: levando esses fenômenos como cultura de massa a expandir uma imagem equivocada de um povo que foi, é, e será sempre, essência histórica e cultural do Brasil.

Por isso e muito mais, ratifica-se que o racismo não acabou. Se traveste, transmuta e transcende de várias formas como se fosse um camaleão, mudando de cor para enganar possíveis caçadores, se encobrendo em nuances, imbricado em questões sutis, silenciosas mas fatais. Mesmo quando se diz que no Brasil não há ou não houve campos de concentração, nem o Apartheid como na África do Sul, o cotidiano constata que além dos favelados genocídios explícitos, psicologicamente existe muito mais: os implícitos.

No Brasil, mais precisamente, em Pernambuco, segundo Estado cujo índice maior de mortes são de jovens negros, na faixa entre 19 e 25 anos, indiretamente e lentamente se matam nas crianças o desejo de estarem em sala de aula, quando não se promovem elevação de sua autoestima e não investem na construção e valorização da sua identidade, quando se nega direitos iguais a pessoas por causa da cor da pele, tema tratado, recentemente, na Folha

de Pernambuco “O preconceito na ESCOLA” com artigo subintitulado “Questão de Pele” em matéria dos dias 6 a 8 de setembro de 2015.

Esse país da imaginada democracia racial está muito distante do Brasil real. Para Carneiro (1996) não há dúvida de que há preconceito e discriminações contra negros, índios, ciganos entre outros não brancos. O que deve ser afirmado e ampliado é o compromisso político com a educação para as relações étnicorraciais por meio de estratégias de comunicação e de atividades comunitárias, entre outras a implementação de políticas públicas, para desse modo:

Estimular atitudes proativas das famílias, alunos(as), professores(as) e da comunidade escolar como um todo; Superar os obstáculos da ignorância, do medo e do preconceito; Socializar os serviços e recursos educacionais existentes; Expandir experiências bem-sucedidas de educação para as relações étnicorraciais. Estimular o debate sobre as influências da cultura africana e dos afrodescendentes na História do Brasil.

Nesse contexto, educar inclusivamente significa civilizar, tornar sujeito, orientar, mediar, sustentar, conduzir, intervir promovendo conseqüentemente a socialização, ou seja, a constituição de laços sociais a partir das relações de troca que se estabelecem com o outro, pois o desenvolvimento emocional e cognitivo num grupo heterogêneo tem sempre repercussões mais amplas.

Como enegrecer positivamente o currículo

A representação que se tem em pesquisas diversas Gusmão (1999, apud GOMES, 2010), é de uma escola com bases excludentes vivendo em um padrão de currículo denominado “embranquecido”, frente ao silêncio da escola, bem como do corpo docente em relação à negação de conteúdos que possam “enegrecê-lo”, contribuindo para que estudantes da raça negra se percebam não apenas integrados ao espaço, mas inclusos.

Refletindo sobre as teorias críticas, o currículo como esteio proporciona ao (a) professor(a) interventor(a) e ao educando(a) a possibilidade de ressignificar um contexto no qual, segundo Silva (2011), “O currículo é visto como experiência e local de interação e questionamento dessa experiência [...]”

O que inquieta é um currículo dominado por uma predominância branca enfatizando os interesses e valores desse grupo. Sabendo-se que o currículo deve caminhar em parceria com a cultura, este precisa ser refletido, elaborado, construído, sustentado de modo determinante a fim de atender às especificidades de cada grupo étnico nacional.

A educação étnicorracial é isentada da escola fazendo constar nas entrelinhas que é conveniente que não se perceba a necessidade deste conteúdo, nem de forma preliminar, pois se assim o fizer é imperiosa a reestruturação curricular. Isso implicaria em formações continuadas, despesas extras, e empoderamento de outras etnias. O que se percebe a olhos vistos, é a necessidade de propagar ideias de igualdade, punindo silenciosamente todos os que fugirem à regra. Assim, a criança negra, continuará a não se reconhecer de forma positiva, nem na estética, nem nos currículos e, conseqüentemente, nem nos livros didáticos.

Para Correia (1995) a escola como instituição que, de uma forma considerável, reforça a ideologia dominante repassada pelos professores(as) e textos didáticos é um problema muito sério, pois na faixa etária dos sete aos dez anos a criança ainda não tem discernimento para escolher que ideologia aceitar ou rejeitar, ela acolhe o que lhe é imposto, pois, é nessa fase de ausência de criticidade que ocorre um importante e intenso período de “desenvolvimento psicológico-cognitivo e afetivo, atingindo as dimensões individual e social.”

Assim sendo, a educação e o currículo, se não enegrecidos em seus conteúdos, que personalidade, identidade e autoestima elevada formará? O autor supracitado, questiona: “Nessa agonia de identidade, perseguida por uma imagem cruel pode uma criança negra ter uma vida escolar sem problemas e com bom desempenho na aprendizagem?” Como resposta: supõe-se que não. Os que conseguirem serão exceção.

Em seu trabalho de mestrado, “Implementação da Lei 10.639, nas Escolas Municipais do Recife”, a professora, Carmem Dolores Alves, assinala que: “é imprescindível afirmação da responsabilidade coletiva de uma educação e currículo que possibilite a essa criança negra desde a infância encontrar sua identidade”. Identidade esta que assuma e respeite suas características próprias, que lhe preencha os pré-requisitos ínfimos do seu viver afrodescendente num processo educacional transformador e constitutivo histórico e socialmente sem que, para existir, ela precise deixar de ser ela em nome de outrem. Pois, “se há diferentes povos e diferentes contextos em um mesmo espaço, estas manifestações culturais precisam se materializar no currículo escolar. Daí a pertinência do currículo intercultural (SILVA, 2011)”.

DISCUSSÃO

Para facilitar a coleta de dados objetivando saber, por parte dos(as) professores(as), de que maneira, (ou se) estavam sendo feitas intervenções diante dos possíveis conflitos étnicorraciais no âmbito escolar na educação infantil e no ensino fundamental, achou-se

interessante implementar uma estratégia de intervenção para coleta de dados, a fim de: Criar um espaço de confiança para indagar e proporcionar aos(as) alunos(as) a expressão de suas relações, conflitos, disputas, fantasias, autoimagens, origens e identidades.

Perceber as identidades, possivelmente, fragilizadas bem como o forte estigma ligado à cor da pele, tipo de cabelo e condição social vividos, baseados nos discursos dos próprios(as) alunos(as) nos grupos.

Oferecer condições propícias para desconstrução e reconstrução de algumas representações sociais especialmente ligadas ao estigma do racismo, implícito nas relações e de como ele interfere na construção da autoestima e na aprendizagem.

Facilitar o reconhecimento do sofrimento provocado pelo estigma do racismo para se pensar e operar sobre o mesmo, verificando se havia compreensão e consciência da comunidade escolar em especial os(as) professores(as), da importância da Lei 10.639/2003 e do respeito étnicorracial para o alcance de uma aprendizagem significativa.

Para isso usamos de atividades e dinâmicas de grupo em uma sequência de encontros com técnicas que facilitaram o descortinar dos relatos de vida, imagens despedaçadas, autoestimas em baixa e identidades negadas sob o argumento de que se acham feios, optando – de maneira inconsciente – pelo padrão de beleza imposto pela mídia e pela colonização eurocêntricas que conduzem o país, ainda hoje, sob resquícios e heranças incrustadas no imaginário social brasileiro.

Explicitou-se nos relatos, que o padrão de beleza destacado: pele branca, cabelo liso, olhos claros, formaliza a interiorização dos estereótipos que sinalizam a inferioridade das características do povo negro. Os relatos das crianças diagnosticam que a “pretensa inferioridade” de sua autoimagem faz com que (elas) crianças negras se percebam preteridas, demonstrando que ao desejarem ser brancas e terem seus cabelos lisos e olhos claros serão melhor aceitas pelo seu grupo classe e, “como forma de encontrarem algum conforto, assim que podem, alisam os cabelos para se sentirem mais parecidas com o perfil de beleza desejado pela sociedade” SILVA in (Santiago, 2010.p.275).

CONCLUSÃO

Ao Indagar como se tratam as relações étnicorraciais nas escolas pesquisadas, verificando se há compreensão e consciência dos professores em relação a implementação da Lei 10.639/2003 e da importância do bom relacionamento e do respeito étnicorracial, para o alcance de uma aprendizagem significativa, percebe-se que a informação existe, mas, a compreensão e a consciência, que é primordial para a quebra de paradigma, está longe de ser

a mola propulsora para mudar este cenário de preconceito e discriminação racial existente no Brasil, e principalmente na escola. Ao identificar as intervenções dos professores(as) nos possíveis conflitos gerados pelas relações étnicorraciais relativas à identidade negra, as professoras assumem ter dificuldades em trabalhar e enfrentar os conflitos, quando existem. Argumentam falta de cooperação da família, falta de formação, implementação da lei, falta de recursos e reconhecimento da origem étnica dos pais.

Sobre as implicações do racismo implícito nas relações e sua interferência na construção da identidade, da autoestima e na aprendizagem das crianças negras relacionando identidade, autoestima e aprendizagem, a maioria pontuou que as dificuldades nas relações prejudicam a construção das três, causando depressão, evasão, baixa autoestima devido a diferença do padrão físico e estético imposto, sentimento de incapacidade, impotência, descompasso idade\serie e exclusão. Confirmou-se ainda de forma equânime que estas relações mal trabalhadas interferem na construção da identidade e no gostar de si mesma(o), prejudicando consequentemente a aprendizagem.

O contrário disso tudo, favorece significativamente e positivamente na formação do Ser dando-lhe coragem, autoconfiança e força para superar as dificuldades.

Algumas professoras acham que não se deve tratar a temática, pois ainda acreditam no mito da democracia racial. As que pensam que deve trabalhar, disseram não encontrar suporte, nem formação, nem dispor de material para subsidiar o intento. Neste caso nota-se um contrassenso, pois, material existe, o que não há é acolhimento da causa, um esquivar-se do compromisso social, visto que, pelos discursos elencados a maioria dos (as) professores(as) se considera de etnia diferente do seu público.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn Rosalina Gama e Nelson PRETTO, Escola: espaço para a produção de conhecimento? **Rev. Comunicação & Educação** (SP), São Paulo, 16, p.29-35, 1999.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 3ª ed. São Paulo. SP: Harbra, 1984.

BRASÍLIA, **Gênero e raça e a promoção da igualdade**. MTE, Assessoria internacional, 1999.35p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil**, Mito e realidade. São Paulo. 4º ed. Editora ática.1996.

CONSTRUIR NOTÍCIAS, **Relações étnico- raciais. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira Africana.** n. 28 ANO 5 MAI/JUNHO 2006. CIRCULAÇÃO NACIONAL. 64pg.

CORREIA, Severino, Lepê. in **O Negro no Mercado de Trabalho; instrumento de Equilíbrio Psíquico**, pg.115, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GOMES, Nilma Lino. Org. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais/** 1º ed. Belo Horizonte. Ed. autentica 2010

MANDELA, Nelson. **Pé na África.** Disponível em <https://geografia2011.wordpress.com/> Acesso em: 15 outubro 2014.

NIDELCOFF, Tereza Maria, **A Escola e a compreensão da realidade**, São Paulo: Brasiliense, 1989.

SÁ, Leonardo, **Combater a discriminação para promover a liberdade.** Fundação Instituto de Pesquisa Educacionais (FIPE). Revista Nova Escola, 29(272), maio 2014.

SANTIAGO, Eliete, Delma Silva Claudilene Silva. **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE.** Recife ed. Universitária da UFPE, 2010. 360 p

SILVA, Claudilene Maria. **Professoras Negras Identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar.** Recife ed. Universitária da UFPE 2013. 198 pgs, (coleção étnicorracial)

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo** 3 ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2011- 156p. acesso domingo 16/08/2015

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente** O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa, como ensinar.** Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.